



CÂMARA DE ATIVIDADES AGROSSILVIPASTORIS
Ata da 11ª reunião, realizada em 23 de novembro de 2017

1 Em 23 de novembro de 2017, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades
2 Agrossilvipastoris (CAP), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
3 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os
4 seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente João Paulo Mello
5 Rodrigues Sarmiento, representante da SEMAD. Representantes do poder
6 público: Juliana Pereira Cunha, da Secretaria de Estado de Agricultura,
7 Pecuária e Abastecimento (Seapa); Geraldo Vitor de Abreu, da Secretaria de
8 Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda); Letícia Capistrano Campos, da
9 Secretaria de Estado de Governo (Segov); Fernando Antônio de Souza Costa,
10 da Superintendência Federal de Agricultura em Minas Gerais (SFA/MG) /
11 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Enio Resende de
12 Souza, da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de
13 Minas Gerais (Emater); Rosa Maria Medeiros, do Instituto Brasileiro do Meio
14 Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Representantes da
15 sociedade civil: Adriana Maugeri, da Associação Mineira de Silvicultura (AMS);
16 Carlos Alberto Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do
17 Estado de Minas Gerais (Faemg); Lucilene Aparecida da Silva, da Federação
18 dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg);
19 Antônio Eustáquio Vieira, do Movimento Verde de Paracatu (Mover); Lucas
20 Amaral de Melo, da Universidade Federal de Lavras (Ufla); Emílio Elias
21 Mouchrek Filho, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas
22 Gerais (Crea-MG). **Assuntos em pauta.** **1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL**
23 **BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O
24 presidente João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento declarou aberta a 11ª reunião
25 da Câmara de Atividades Agrossilvipastoris e deu boas-vindas a todos. **3)**
26 **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro
27 Emílio Elias Mouchrek Filho: “Eu represento o Crea-MG, sou consultor
28 ambiental há exatamente 20 anos e estou trazendo aqui uma reivindicação que
29 não é minha, mas minha e de mais 50 ou cem conselheiros ambientais e
30 empreendedores. Por exemplo, eu faço um protocolo de um FCE na Supram
31 Central, recebo um FOB e dou entrada em outra Supram. Ou faço em outra
32 Supram e dou entrada aqui na documentação. O que eu pude observar e que
33 outros já observaram é que os documentos requeridos na FOB que eu recebo
34 aqui, na maioria das vezes, não coincidem com as exigências da Supram onde,
35 eventualmente, eu possa fazer a regularização da documentação. Eu observo
36 isso a pelo menos cinco anos, especialmente depois do advento da DN 74. E o
37 que eu posso ver é o seguinte. Essas idas e vindas, ‘esse documento passou

38 na Supram tal, mas aqui não passa', em geral, isso é determinado pela equipe
39 jurídica da Supra aonde vamos levar a documentação. Eu observo, há muito
40 tempo, isso. Muitos empreendedores já têm me falado isso, e colegas
41 consultores já têm me falado isso. Eu fiquei de colocar isso aqui na Câmara
42 para ouvir a opinião e pedir, senhor presidente, o seguinte. Se não há
43 possibilidade de uniformizar esse procedimento nas Suprams como um todo.
44 Porque é muito ruim, é desagradável sair de uma região, em um Estado deste
45 tamanho, chegar a outra região com a documentação na mão, pedida por
46 determinada Supram, e lá falarem 'não é, não dá para dar entrada, precisa
47 disso, disso, você não entregou isso e isso'. E quando perguntamos a resposta
48 é essa: 'Os critérios variam de Supram para Supram'. Eu não estou julgando,
49 mas, como conselheiro, eu tenho obrigação de colocar isso aqui, porque muitos
50 colegas vão me perguntar isso." Presidente João Paulo Mello Rodrigues
51 Sarmento: "Com certeza, conselheiro, o Estado tem seus procedimentos. Mas
52 eu vou passar aqui para o assessor jurídico para fazer os esclarecimentos. Mas,
53 realmente, tem que ter uma postura e criar os procedimentos unificados." Yuri
54 Rafael de Oliveira Trovão, da assessoria jurídica da CAP: "Realmente,
55 conselheiro, não deveria haver essas discrepâncias, em que pesem as
56 peculiaridades de cada Regional e até mesmo em relação às atividades que são
57 diferentes. Nós buscamos alinhar esses procedimentos. Nós temos os
58 procedimentos. Inclusive, estão sendo publicados no site. Se os senhores forem
59 lá em 'padronização', 'Sisema', vão estar já as instruções de serviços,
60 Orientações Sisema. Estamos buscando essas orientações justamente para
61 criar um padrão para todas as Suprams trabalharem da mesma forma. Outro
62 caminho que nós temos são os alinhamentos, que são feitos a cada semestre,
63 buscando também esse alinhamento. Essa discrepância não deveria existir,
64 mais ainda existe, e o Estado está buscando, sim, esses alinhamentos para
65 igualar e uniformizar os pedidos de informação complementar, levando em
66 consideração, claro, que há, sim, uma diferença de Regional até mesmo por
67 característica de empreendimentos. Mas não deveria haver, e o Estado está
68 buscando esse alinhamento em todas as Suprams." Conselheiro Emílio Elias
69 Mouchrek Filho: "Senhor presidente, senhor diretor, o que eu observo mais são
70 essas variações que não são de documentos técnicos, mas de documentos de
71 natureza jurídica, de procurações, de comprovações etc., o tem variado muito
72 de Supram para Supram e faz com que os prazos sejam obrigados a aumentar,
73 nós temos que pedir prorrogação, e, aí, as consequências vêm, exatamente, por
74 causa daquilo que o senhor falou. Se fosse possível acelerar essa
75 uniformização do documento seria interessante para todo mundo." Presidente
76 João Paulo Mello Rodrigues Sarmento: "Bem colocado, conselheiro. Realmente,
77 uma busca que nós estamos tentando fazer no Sisema é de desburocratizá-lo.
78 Então, nós temos que pensar muito mais na questão ambiental do que na
79 questão documental, na questão cartorial. Nós estamos revendo vários
80 procedimentos. No IEF, historicamente, sempre foram feitas colocações, porque

81 cada Regional era um IEF. Então, desde quando assumimos a direção geral,
82 nós criamos as RAE, que são Reuniões de Alinhamento Estratégico. Então,
83 todo mês, vêm todos os Regionais aqui. E nessas reuniões são colocados os
84 nossos gargalos e nossas dificuldades. E vimos alinhando. Não é fácil, devido às
85 dificuldades, ao tamanho do Estado e a todas as exigências e externalidades
86 que o setor de meio ambiente tem. Muitas vezes, nós fazemos alguns pedidos
87 que o empreendedor pode considerar com abusivos, mas, com certeza,
88 estamos buscando uma segurança jurídica, tanto para os técnicos quanto para
89 o empreendedor. Isso não justifica que nós tenhamos que estar indo e vindo
90 com o pedido. Eu peço de uma vez o que for necessário e faço uma análise
91 bem profunda, para ter que pedir o que for necessário de uma vez só. Às vezes,
92 gera uma insegurança, e pedem um documento, mas, muitas vezes, o
93 empreendedor tem o sentimento de ser protelatório. E não é esse o objetivo do
94 Sisema. Nós precisamos, realmente, atender bem. Nós estamos nessa luta para
95 mudar toda essa história que está aí. Mas foi bem colocado. Nós temos
96 buscado rever alguns procedimentos e fazer esses alinhamentos para melhorar
97 o atendimento aos empreendedores, aos usuários do Sisema.” Conselheiro
98 Antônio Eustáquio Vieira: “Em uma das últimas reuniões de que eu participei, eu
99 comentei, rapidamente, aqui sobre a questão do desperdício de alimento no
100 campo, quando eu pude observar que em certas culturas se perdia mais de
101 50% da produção no campo. Não é no transporte, não é nas casas, não é em
102 supermercados, não era em locais de comercialização. Então, eu volto a falar
103 sobre isso, porque não tem como continuar aceitando o que acontece na zona
104 rural com relação a desperdício. Eu acho que o Estado tem que tomar uma
105 providência dentro do licenciamento criando uma forma de ter condicionantes
106 para tentar cerca disso. Eu tenho visto lavouras de abóbora, melancia, cebola,
107 mamão, banana, cenoura, e mais de 50% disso incorporados no solo. Então, eu
108 acho que nós temos que começar a discutir isso aqui dentro. Por outro lado, nós
109 vemos os produtores, na maioria das vezes, falando que tem que se produzir
110 alimento, porque todo mundo tem que comer. Mas ninguém entra no
111 detalhamento do desperdício. Ou porque o preço está mais baixo ou porque a
112 produção foi grande. Então, eu não sei como encaminhamos isso no Estado
113 para iniciarmos a discussão nesse sentido. Porque alguma coisa tem que ser
114 feita. Não é possível, com tanta dificuldade que nós temos no país com relação
115 a questões naturais, que são gastos recursos financeiros, que continuemos
116 dessa maneira. Eu não sei, presidente, como nós vamos dar início a essa
117 discussão aqui dentro. O fato é que, de agora para frente, em todas as reuniões
118 do COPAM, de Comitê de Bacia, nós vamos levar isso, para ver se alguém nos
119 ajude a encaminhar alguma coisa. Outra questão eu queria colocar para vocês
120 trata-se de uma deliberação do Comitê do Paracatu, que vai ser encaminhada
121 agora para o IGAM e para o Conselho Estadual de Recursos Hídricos.
122 Preocupado, exatamente, com a crise hídrica na nossa região. Então, eu acho
123 que o que o Comitê do Paracatu está fazendo é algo que nenhum Comitê de

124 Bacia fez até hoje no Estado e o próprio Estado não tem feito. Porque nós, que
125 atuamos em Comitês, buscamos entender o que diz a legislação e não ficamos
126 a vida inteira esperando o Estado nos pautar. Nós que temos que pautar o
127 Estado. Então, tentar transformar ideias em política pública. Nós tiramos lá
128 algumas proposições. Primeiro, a questão de outorga. 'O IGAM verificará os
129 critérios adotados para a liberação e o porquê da redução das outorgas dos
130 usuários dentro da região coletiva de conflito, fazendo explanação para os
131 próprios usuários'. Porque muitas vezes acontecem essas reduções das
132 outorgas em áreas de conflito, a outorga coletiva, e na realidade quem tem de
133 definir isso nós achamos que são os usuários. Não é o Estado que tem que
134 bater o martelo em cima da redução e fazer isso de cima para baixo, sem
135 discutir e debater com os usuários. Segundo: 'Controle de outorgas superficiais
136 e subterrâneas. Informar aos CBHs as áreas de conflito declaradas, através de
137 relatórios atualizados, incluindo o estabelecimento mínimo de vazão residual.
138 Levantamento de dados de densidade de poços e encaminhamento para os
139 CBHs para definição de áreas mais críticas.' Hoje, nós estamos vendo lá na
140 nossa região baterias com 50 a 60 poços bombeando água 24 horas para
141 encher piscinão até de 10 hectares. Isso também nós não podemos aceitar, e
142 queremos controle sobre isso. 'Criação de uma resolução do Conselho Estadual
143 de Recursos Hídricos e do IGAM para definir normas para liberação de outorga
144 de poços artesianos.' Nós não temos norma para isso. Hoje, é liberado geral. E
145 também estamos propondo fazer uma avaliação integrada da microrregião onde
146 se encontram as áreas mais críticas. Isso é fundamental e não tem sido levado
147 em conta também. Se na fazenda do cidadão, pela distância, cabem 500 poços
148 artesianos, ele é liberado para fazer esses poços lá. Com relação ao
149 abastecimento público, nós ficamos com uma cidade de 100 mil habitantes com
150 70% da cidade sem água para o povo beber. Ficamos mais de um mês lá em
151 Paracatu. Então, o Comitê tirou uma proposta que é no sentido de 'buscar a
152 mobilização das prefeituras e construir um pacto, sendo os CBHs os
153 mediadores'. Porque a titularidade de água de saneamento básico e de
154 abastecimento público é da prefeitura. Não é da Copasa nem do SAAE, é da
155 prefeitura a titularidade. Então, se não tentarmos mobilizar as prefeituras para
156 buscar a construção desse pacto, nós vamos ter problema. Inclusive, no mês de
157 janeiro, já temos uma agenda em Brasília, dos prefeitos do Noroeste de Minas
158 com o secretário Nacional de Recursos Hídricos, para ver se o sensibiliza, e
159 consigamos alguma coisa. Eu não sei se vamos conseguir. Sensibilizar o
160 secretário nacional, porque os prefeitos querem. Outra questão é sobre as
161 alternativas para armazenamento de água. A conclusão a que nós chegamos no
162 Noroeste foi que a única saída que tem é armazenamento de água através de
163 barramento. Não tem outra alternativa. Nós ficamos com todos os
164 empreendimentos do agronegócio, da mineração e do abastecimento público
165 parados por falta de água. Nós sabemos das causas disso. Então, nós estamos
166 colocando para o Estado a questão dos barramentos como alternativas técnicas

167 mais viáveis. Isso é discussão de tempos e tempos que nós temos travado na
168 bacia. Só que tem um detalhe: nós temos uma necessidade urgente de
169 normatização desses barramentos, porque não temos normatização. A nova
170 legislação permite barramento, mas nós não temos normatização. E se não tiver
171 normatização vão fazer os barramentos de qualquer maneira, e o impacto vai
172 ser muito maior, futuramente. Dentro dessa questão de normatização, nós
173 sugerimos 'o envolvimento das prefeituras na construção e manutenção de
174 estradas rurais, para que sejam evitados impactos nos barramentos'. Nós
175 estamos cansados de falar. Inclusive, eu já falei aqui várias vezes: 72% das
176 mortes de corpos d'água são causadas pelas estradas rurais. E as prefeituras
177 continuam agindo sem se preocupar com nada, só com interesse político. Para
178 concluir, outra questão que o Comitê do Paracatu colocou e que nós
179 entendemos que é de fundamental importância. É a questão do monitoramento
180 de vazão de água. É inconcebível que um rio do porte do Paracatu, com 500
181 km, que contribui com mais de 20% da água do São Francisco, tenha só um
182 ponto de monitoramento de água. Então, trabalharmos no monitoramento de
183 vazão de água do rio, instalando estação de monitoramento de água em locais
184 aonde o CBH entender que é fundamental, e não aonde o Estado entender. E
185 integração de monitoramento de vazões entre o IGAM e os usuários. Então,
186 ficam essas colocações. Isso, nós próximos dias, vai estar rodando pelo
187 Conselho Estadual, pelo IGAM, pelo COPAM, e deve respingar alguma coisa
188 nessas Câmaras Técnicas aqui. Então, vamos ver se tratamos isso com o maior
189 carinho possível, porque eu acho que é função dos Comitês de Bacia agir nesse
190 sentido." Presidente João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento: "Realmente, a crise
191 hídrica é uma discussão que tem que estar em pauta, constantemente. Então,
192 vamos trabalhar nesse sentido." Conselheira Adriana Maugeri: "Eu gostaria de
193 propor pauta para a nossa próxima reunião. Nós gostaríamos de apresentar aos
194 conselheiros um trabalho que a AMS e a Fiemg estão fazendo sobre
195 monitoramento das emissões da atividade de carvoejamento. Existe hoje no
196 Estado a DN 187/2013, que estabelece parâmetros para as emissões de
197 poluentes, e não atendem à nossa atividade. Já em outra Câmara Técnica do
198 COPAM, a CEM, nós propusemos, inclusive, uma moção para que a SEMAD
199 revise a DN 187 para contemplar a atividade de carvoejamento, sendo Minas o
200 maior produtor de carvão vegetal de floresta plantada do Brasil. Então, nós
201 gostaríamos de apresentar também para esta Câmara o que nós estamos
202 fazendo, para conseguir mais aliados nesse processo, que parece ser longo,
203 mas que não pode ser logo. Porque, a partir de setembro de 2018, já vão ser
204 exigidos esses parâmetros que não atendem e estão muito fora para a atividade
205 de carvoejamento." Presidente João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento: "Nós,
206 inclusive, estamos com um processo de carvoejamento, e é importante saber o
207 que tem sido feito. O setor florestal, muitas vezes, é muito criticado, então, é
208 importante estar mostrando e falando o que tem feito em termos ambientais e
209 sociais." Conselheira Adriana Maugeri: "Por conta dessa não adequabilidade, os

210 processos de licenciamento em curso, hoje, ou TACs da atividade de
211 carvoejamento não possuem uma isonomia. Cada Supram exige um tipo de
212 condicionante. Uma exige monitoramento de emissões com determinada
213 modelagem, outra não exige. Uma exige que o empreendedor defina, e o
214 empreendedor, hoje, está perdido. O mesmo empreendedor, em Suprams
215 diferentes, tem atendimentos totalmente distintos, e nós vimos pedindo ao
216 Estado essa isonomia e até a compreensão, justamente porque estamos neste
217 momento, juntamente com o Estado, também participando desse
218 monitoramento, para conhecer a atividade de carvoejamento. Que deveria se
219 pensar, neste momento, no que solicitar ao empreendedor, e não dessa forma,
220 cada um solicitando de uma forma que não vai atender nem ao Estado nem ao
221 empreendedor nem à população.” Presidente João Paulo Mello Rodrigues
222 Sarmento: “É isso mesmo, conselheira. E a Câmara tem a competência de,
223 inclusive, propor as normas. Trazendo aqui os estudos e embasamentos para
224 que a Câmara tenha segurança, a CNR pode propor a norma. Isso é
225 interessante, sim, e mostrar o que está fazendo é muito importante. A sugestão
226 aqui do nosso jurídico é que proponham uma condicionante básica para todos,
227 de monitoramento. Aí, tem realmente um dado preciso e constante, e tira muito
228 do achismo e do subjetivismo, e vira uma uniformidade das exigências. Trazer o
229 conhecimento para os técnicos é muito importante para que possam ter a
230 segurança.” **4) EXAME DA ATA DA 10ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade
231 a ata da 10ª reunião da Câmara de Atividades Agrossilvipastoris, realizada em
232 26 de outubro de 2017, com abstenção do conselheiro representante do
233 Movimento Verde de Paracatu. **5) CONTROLE DOS PRODUTOS FLORESTAIS**
234 **ATRAVÉS DO SISTEMA NACIONAL (SINAFLOR).** **Apresentação: Instituto**
235 **Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).**
236 Paulo Vinícius, do Ibama, fez apresentação sobre a gestão do Sistema Nacional
237 de Controle da Origem dos Produtos Florestais (Sinaflor). A exposição foi
238 disponibilizada no site da SEMAD. Debates. Presidente João Paulo Mello
239 Rodrigues Sarmento: “Obrigado pela apresentação, muito boa e esclarecedora.
240 Tem alguns pontos que eu gostaria de iniciar. A primeira coisa que foi colocada
241 é que está sendo feita uma análise em cadeia. A partir do momento que se
242 começa a analisar em cadeia, se começa a realmente perceber o que está
243 acontecendo. Porque antes se analisavam, de uma forma separada, o plantio, o
244 corte, a transformação, o transporte e o consumo. Não tem como analisar
245 qualquer coisa se for analisar picado o número de pessoas, o número de
246 situações diferentes. Se começa a trabalhar de uma forma mais em cadeia e
247 olhar o processo como um todo, começa a saber o que está acontecendo e a
248 buscar. Então, o IEF e a SEMAD aderiram ao Sinaflor. Ontem mesmo, eu
249 assinei um pedido de capacitação. E um dos pontos que nós discutimos muito –
250 eu estive em Brasília discutindo com a direção do Ibama – foi a integração dos
251 nossos programas. Também vem um programa novo e para todo o programa.
252 Isso traria um prejuízo muito grande para o sistema. E nós estamos precisando

253 de programas que agreguem e não de programas que travem e que não sejam
254 mais um programa. O que nós estamos buscando hoje no IEF, uma coisa em
255 que estamos trabalhando, diuturnamente, é melhorar os sistemas do IEF para
256 que atendam e passem a ser um negócio menos pessoal. O sistema analisa e
257 dá as informações e a orientação. Informação, hoje, é tudo. Então, nós vamos
258 conseguir as coisas é com informações rápidas e objetivas, informações claras.
259 Outro ponto fundamental é: o Sinaflor conversa com o CAR? Se não conversa,
260 não interessa. Se não conversar com o CAR, nós vamos ter mais programas
261 sem estarem conversando um com o outro. Mas isso também foi a preocupação
262 tanto do Ibama quanto do Serviço Florestal e do Ministério do Meio Ambiente.
263 Então, são pontos fundamentais. E o IEF aderiu, já foi publicado. E nós
264 solicitamos as capacitações. Outra questão é a seguinte: não para o sistema do
265 Estado. Isso é fundamental. O Sinaflor é uma determinação legal. Os Estados
266 vão ter que aderir ao Sinaflor. Tem ferramentas interessantes que vão evoluir a
267 questão da gestão florestal, tem ferramentas que, realmente, vão trazer ganhos
268 para a gestão florestal de Minas, e desburocratizar. Nós estamos buscando
269 desburocratizar e ser efetivos. Nós sentimos que o programa venha, realmente,
270 trazer vantagens e vamos colocar as nossas informações ou melhorar as
271 nossas informações em um banco de dados real, conversando com o CAR.
272 Porque, no CAR, o plantio vai estar cadastrado. As empresas fizeram o CAR e
273 declararam o que elas têm de floresta. Então, nós começamos a trabalhar em
274 cadeia: 'Eu plantei. Se plantei, é para colher. Se colhi, é para vender, é para
275 consumir'. E trabalhando em cadeia nós começamos a observar todo o
276 sistema, e de uma forma, hoje, da qual o Estado não tem como escapar. O
277 Estado tem que entrar, cada vez mais, com sistemas informatizados, que
278 tenham, realmente, informações consistentes e que conversem. Não adianta
279 aqui nós, aqui em Minas, não conversarmos com o Ibama, com o Ministério do
280 Meio Ambiente, com o Ministério da Fazenda. Não adianta. Os órgãos públicos
281 têm que ter as informações. Nós estamos desenvolvendo as IDEs e todas essas
282 coisas para ter essas informações. Para dar segurança aos técnicos, porque
283 eles têm uma informação precisa, uma informação correta, e também aos
284 empreendedores, que vão estar com essas informações também. Eu vejo, em
285 um futuro não tão longo, a partir do momento em que essas informações
286 estiverem apuradas, que os processos possam ser mais ágeis, as
287 regulamentações passam a ser, realmente, mais objetivas. E com as
288 regulamentações e as ações, passamos a ter essas informações e a condição
289 de ir, realmente, em quem está buscando a legislação. Se não tem essas
290 informações, vai criar as normas genéricas que abrangem todo mundo e criam
291 dificuldades e, muitas vezes, penalizam aqueles que querem buscar a
292 regularidade junto ao Estado. Então, essa é uma discussão dentro do governo,
293 dentro da SEMAD, dentro do IEF. Essas são as orientações do próprio governo
294 Pimentel, para que venhamos, realmente, a amadurecer e trazer sistemas
295 concisos. Com um sistema bem feito, bem produzido, analisando em cadeia,

296 vão melhorar a produtividade e a eficiência do Estado, a arrecadação do Estado
297 e a satisfação do contribuinte, do administrado. Então, o Sinaflor é uma coisa
298 que estamos ansiosos para começar a trabalhar e vemos também como uma
299 forma para que os sistemas do IEF passem a conversar. E vamos começar a
300 trabalhar. Nós estamos focados muito nessas duas ferramentas, que são o
301 Sinaflor e o CAR.” Conselheiro Enio Resende de Souza: “Eu queria
302 cumprimentar o Paulo pela ótima apresentação e destacar, nesta Câmara
303 Agrossilvipastoril: você colocou muito bem, nós estamos aqui corroborando e
304 concordando, plenamente, com essa proposição dessa visão sistêmica que
305 você apresentou, apesar de, muitas vezes, essa palavra ‘controle’ ter aparecido
306 na apresentação. Mas ficou transparente que o sistema é sistêmico, de fato,
307 busca a gestão da atividade e de toda a cadeia produtiva. Então, isso nos deixa
308 muito felizes enquanto técnicos que militam nessa área. E eu queria aproveitar
309 essa oportunidade também, ao mesmo tempo cumprimentado vocês por
310 integrarem os diversos sistemas, dentre eles o CAR, e perguntar, ao mesmo
311 tempo, aos colegas conselheiros: parece que nós vamos ter, no dia 6 de
312 dezembro, reunião conjunta da CNR com a CAP. Só a CNR? A CAP não vai ser
313 envolvida? Lamentavelmente. Porque é uma listagem G, e deveria a nossa
314 Câmara participar também. Mas, de qualquer maneira, parece também que o
315 nosso Estado não está integrando o sistema de licenciamento. Foi uma coisa
316 em que batemos muito aqui como sugestão. O CAR deveria, minimamente, ser
317 aproveitado como ferramenta para o licenciamento.” Presidente João Paulo
318 Mello Rodrigues Sarmiento: “O CAR está sendo utilizado, sim. Nos processos de
319 licenciamento, vão ao CAR, pegam as informações. Ele está sendo, sim,
320 analisado. O que nós estamos, agora, fazendo é a segunda fase do CAR. O
321 pessoal do CAR, hoje, está conhecendo o sistema do Pará, onde coloca as
322 informações dos licenciamentos, as informações da fiscalização, tudo dentro do
323 CAR. O CAR está sendo usado, sim. Todas as Suprams pegam o CAR, que é
324 uma ferramenta de análise de licenciamento. O que nós estamos fazendo agora
325 é aprimorando. Nós estamos na segunda fase, que é o módulo de análise, para
326 melhorar as informações, para que cada vez sejam mais seguras. Mas, desde o
327 primeiro momento, todas as Suprams utilizam o CAR como mais um
328 instrumento de análise. A partir do momento em que vamos melhorando o
329 sistema, vamos tendo as informações mais precisas, o Sinaflor conversando
330 com o CAR, os outros sistemas do IEF entrando dentro do CAR, que é um
331 processo evolutivo, cada vez mais nós vamos ter mais segurança de trabalhar
332 em cadeia. Nós estamos pegando informações necessárias de outros órgãos
333 para acrescentar no CAR. Ainda não está na plataforma da IDE, mas já tem a
334 aba criada. Assim que nós tivemos as informações corretas, assim que o
335 módulo de análise evoluir, eu espero em breve trazer essa boa notícia aqui aos
336 conselheiros. É uma luta constante minha, inclusive. Pessoalmente, eu
337 pergunto, constantemente, como está o CAR. A partir do momento em que
338 tivermos uma informação mais precisa, haverá mais segurança, e, não,

339 colocaremos na plataforma. O que não estamos querendo colocar na plataforma
340 são informações das quais ainda não foram feitas as análises.” Conselheiro
341 Enio Resende de Souza: “Então, a observação de que essa visão sistêmica,
342 essa integração dos sistemas é muito bem-vinda, e, então, eu acho que o
343 Sinaflor mostra.” Presidente João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento: “Em virtude
344 da manifestação da CAP, a aba já está lá, e o pessoal já está entrando na aba.
345 A própria CAP colocou, a SEMAD acatou. Da última apresentação feita, já se
346 evoluiu, graças à demanda da CAP.” Conselheiro Enio Resende de Souza: “Boa
347 notícia e ponto para a CAP.” Conselheira Adriana Maugeri: “Também
348 parabenizar o Ibama por ter essa visão sistêmica do país, de poder oferecer
349 uma ferramenta que consiga fazer essa informação chegar à sociedade de
350 forma geral de forma integrada. Parabenizar também o IEF, justamente por ter
351 essa receptividade ao Sinaflor. E eu tenho algumas dúvidas para o Ibama e o
352 IEF. As dúvidas para o Ibama são as seguintes. Você disse que no Sinaflor há a
353 possibilidade de ter uma bolsa, um mercado de reposição. E remetendo ao
354 Código Florestal nós temos a nossa cota de reserva ambiental. Parece que isso
355 está ainda na Receita, de como vai ser feito, mas já existem discussão e
356 alguma orientação de a cota de reserva ambiental também constar no Sinaflor
357 ou não é o foco? Outra questão é a dos arrendamentos, da possibilidade de
358 busca de terras para serem arrendadas. Será o arrendamento em si ou outros
359 títulos também? Porque, pela modalidade da atividade florestal, talvez o
360 arrendamento não seria o melhor título, até pelo que prevê o Estatuto da Terra.
361 Então, o arrendamento com os prazos maiores e talvez também a possibilidade
362 de comodatos, outros títulos, não somente o arrendamento. É uma dúvida. E
363 para o IEF são três questões. Primeiro, se pudéssemos ter informações mais
364 claras sobre a transição de todos os sistemas para a base do Sinaflor, a
365 previsão de tempo e como esse processo está correndo. Dentro do conceito
366 que foi passado de exploração florestal, nós já trouxemos à CAP e reforçamos
367 que o aproveitamento do rendimento lenhoso tenha que ser um ato decorrente
368 da Daia. Tem autorização para corte e exploração daquele volume, e teria que
369 ser um ato sequente o aproveitamento do rendimento lenhoso e não um ato,
370 hoje, aqui em Minas Gerais, sujeito a estar na listagem G da DN 74, para
371 licenciamento. Pelo que eu entendi, o sistema permitiria isso, tem essa
372 possibilidade. Então, a pergunta é se o IEF tem em tela a possibilidade desse
373 ajuste. A última questão para o IEF é o nosso pleito interno do retorno da DCC
374 eletrônica, Declaração de Corte e Colheita. Eu entendi, como você falou, que há
375 possibilidade, que nós teremos a DCC eletrônica no Sinaflor, que será um
376 módulo. Mas pergunto se a GCA fará a integração para que abandonemos o
377 obsoleto Siam.” Paulo Vinícius/Ibama: “Em relação à reposição florestal, hoje
378 nós temos o único instrumento da bolsa de reposição florestal, que seriam
379 aqueles plantios que foram feitos por iniciativa própria. E em uma situação ou
380 outra, tendo créditos, ele pode anunciá-los dentro do sistema. Qualquer usuário
381 que tenha acesso a esse sistema vai poder fazer uma oferta por esse volume.

382 De forma alguma, é intercedido pelo órgão ambiental. Na questão da cota, nós
383 ainda não avançamos, como ainda temos vários outros instrumentos para
384 avançar. Nós temos que ter em mente que os ganhos vão ser muito grandes.
385 Vamos ter dificuldades, mas os ganhos com a ferramenta vão ser tamanhos.
386 Nós criamos também um comitê do Sinaflor, em que, anualmente, os Estados
387 vão definir as prioridades do sistema. Se hoje temos a necessidade de uma
388 ferramenta que trabalhe com a cota de reserva, nós podemos priorizar essa
389 ferramenta para o mês subsequente. Toda a questão da evolução da ferramenta
390 vai ser gerida pelo Estado. Com relação ao arrendamento, é o uso da terra.
391 Podemos disponibilizar o uso da terra para um terceiro, desde que ele esteja
392 dentro do Cadastro Ambiental Rural de forma regular. Vamos fazer importação
393 daquele polígono do imóvel que vai ser arrendado e importar os dados e o
394 contrato que for feito, seja arrendamento, comodato, cessão. Tem uma
395 transparência muito maior e uma oportunização do uso da terra.” Presidente
396 João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento: “Vocês sabem do esforço que nós
397 estamos fazendo para ter a DCC eletrônica. Nós buscamos alguns recursos,
398 algumas parcerias, ainda não conseguimos, mas não paramos. Eu estou com
399 uma nova portaria na minha mesa que vai facilitar a DCC. Temos, inclusive,
400 opções do off-line. É preciso buscar isso, porque o sistema trava. Nós temos a
401 meta e vamos galgando essa meta com todas as dificuldades. Hoje, nós
402 sabemos que o setor público tem um prazo mais longo de maturação de todas
403 as coisas, e, quando se entra em uma época de crise, as coisas ficam mais
404 difíceis ainda, e temos que cada vez mais buscar a nossa imaginação. E o
405 pessoal do IEF está dedicado a isso. O Sinaflor, para nós, vai ser uma boa
406 opção. Ele permite conversar com os sistemas. Então, nós estamos buscando
407 uma ferramenta que coloque os 32 sistemas, que não conversam entre si. Se
408 conseguirmos trabalhar em cadeia, a GCA vai estar junto. O Sinaflor já mostrou
409 que a prestação de contas é de uma forma mais ágil. Então, começamos,
410 realmente, a ter as informações. E o Ibama, o IEF, os órgãos ambientais
411 precisam, realmente, dos setores que estão buscando seriedade também nos
412 ajudar com informações corretas. Nós precisamos ter essas informações
413 concisas e essa análise. E há possibilidade. O Estado de Mato Grosso do Sul
414 mudou toda uma proposta e conseguiu evoluir. Se informam o plantio e vão
415 realimentando com dados constantes, nós temos uma segurança para, na hora
416 em que pedirem o corte, as informações já estarem ali. Então, temos que
417 conversar entre os órgãos. Nós temos o objetivo único que é o Estado
418 Brasileiro. E nós precisamos de informações precisas para agir corretamente.
419 Nós já temos algumas novidades e traremos para a Câmara.” Conselheira
420 Adriana Maugeri: “A DCC eletrônica será um módulo do Sinaflor. Nós não
421 precisamos de um sistema à parte. O Sinaflor, propriamente, vai permitir que ela
422 seja, realmente, o que a norma prevê. Pelo que eu entendi, com a GCA há uma
423 possibilidade dessa integração. Agora, a questão da Daia e do aproveitamento
424 lenhoso não ficou clara. Pelo que ele falou, há possibilidade de ser um ato só, e

425 não passar por processo de licenciamento. Nós sabemos dos prazos
426 diferenciados e que não dá o devido aproveitamento para aquele material, pelo
427 tempo de análise. Outra questão é sobre essa transição. Quando começar,
428 realmente, a ser o sistema aqui no Estado, quando integrar essa base, como se
429 dará essa transição. Nós estamos prevendo que já esteja em 2018? Como é
430 isso? Só para nós nos prepararmos.” Presidente João Paulo Mello Rodrigues
431 Sarmento: “A intenção é essa. O Sinaflor é aberto a pegar os sistemas do
432 Estado, melhorar e conversar com os sistemas do Estado. Então, vai estar a
433 DCC eletrônica. Se conseguirmos evoluir, vai um sistema melhor. E daremos
434 uma resposta de quando teremos uma posição mais concreta a partir do
435 momento em que recebermos a data do início do treinamento. Passaram todas
436 as discussões burocráticas, nós aderimos ao Sinaflor e encaminhamos agora a
437 solicitação de treinamento. Nesse treinamento, veremos como será utilizado o
438 banco de dados, como o pessoal do IEF e da SEMAD vão ter acesso. O Sinaflor
439 foi aderido pela SEMAD também. Então, as necessidades de controle também
440 vão poder estar dentro do Sinaflor. Então, são o IEF e a SEMAD que estão
441 pedindo o treinamento. Nós vamos agora fazer a programação e continuar as
442 tratativas. Eu posso falar com mais precisão depois de fechar os treinamentos.
443 Aí, sim, começamos a trabalhar no sistema. Talvez tenhamos dentro do Sinaflor
444 alguma derivação do programa que não precisa nem trazer a DCC.” Paulo
445 Vinícius/Ibama: “Eu acho que essa lucidez sobre que tipo de módulo aplicar,
446 que tipo de procedimento, nós só vamos, de fato, saber quando sentarmos com
447 a equipe técnica e mostrarmos todos os fluxos do sistema. Aí, sim, teremos
448 condição de avaliar se vamos utilizar essa ferramenta, se a ferramenta do
449 Estado é melhor, para fazer essa definição. Se já temos um pacote completo,
450 podemos aproveitar logo esse pacote. A integração tem um custo e todo um
451 procedimento que, às vezes, é um pouco demorado, mas isso quem define é o
452 Estado. Nós temos nos preocupado que esse processo seja gradativo, com a
453 capacitação dos técnicos, dos analistas do IEF e da SEMAD, com apresentação
454 do sistema para o setor produtivo, capacitação dos responsáveis técnicos,
455 implantação assistida. A equipe do Ibama vem para cá acompanhar a efetiva
456 implantação do sistema, estabelecer etapas de implantação. Vamos começar,
457 primeiro, a cadastrar os responsáveis técnicos, cadastrar os produtores. E,
458 então, começar com os projetos, estabelecer uma data boa para implantar o
459 sistema. O que já está fluindo, deixa fluir, não vamos parar os processos que
460 estão no Estado. Uma série de medidas que estão no plano de trabalho
461 assinado que vão tornar esse processo menos traumático possível. Não
462 queremos errar como erramos no passado com implantações atropeladas.” Yuri
463 Rafael de Oliveira Trovão, da assessoria jurídica da CAP: “Eu sou um dos
464 grandes defensores do processo eletrônico e acho que nós temos que
465 modernizar. Poderemos diminuir gente no balcão, na digitalização. A
466 responsabilidade pela formalização não é mais do servidor público e, sim,
467 daquele que está jogando o documento no sistema. A transparência é muito

468 maior, e nós iríamos, inclusive, eliminar a ação civil pública do MP contra o
469 Estado que determina que o Estado disponibilize isso eletronicamente, em
470 função da Lei de Transparência. Mas nós temos outras questões dadas por lei
471 que teríamos que adequar, justamente, nesses treinamentos. Essas
472 peculiaridades que nós temos. Algumas delas são a 21.972 e o Decreto 46.953,
473 que determinam que são os senhores que têm competência para julgar. Então,
474 esse processo não pode ser totalmente eletrônico. Eu queria até questionar se
475 em algum momento gera um parecer e se esse parecer é feito por uma equipe
476 multidisciplinar, ou se é gerada somente uma decisão. E, se é gerado o parecer,
477 como ele é disponibilizado, como é feita a decisão em relação aos processos.
478 Porque isso tem que vir para os senhores, em virtude determinação legal.”
479 Paulo Vinícius/Ibama: “Sim, logicamente, nós trabalhamos a dinâmica do
480 processo 100% eletrônico, mas sabemos que não é um processo tão rápido
481 para os Estados aderirem. Nós temos secretarias que estão com o Sinaflor, mas
482 ainda não conseguiram, realmente, se desapegar do processo físico. Em termos
483 de sistema, nós temos a geração, em PDF, da análise técnica, do laudo de
484 vistoria, do próprio processo que é encaminhado, do histórico de pendências.
485 De tudo que é gerado dentro do sistema nós conseguimos gerar um PDF e
486 juntar ao processo. Fica registrado o parecer dentro do sistema, que gera um
487 histórico desse parecer. E esse parecer pode ser impresso. Nós estamos muito
488 preocupados com todo o histórico e todo o fluxo processual até a aprovação. E
489 pode ser impresso e juntado ao processo.” Conselheiro Geraldo Vitor de Abreu:
490 “Só uma curiosidade: quem desenvolveu esse sistema? Porque o do CAR foi a
491 Ufla, em Minas Gerais. É mais no sentido da migração de dados nessa conexão
492 de informações, porque, normalmente, isso também acaba tendo problema
493 quando cada um desenvolve.” Paulo Vinícius/Ibama: “O Sinaflor não foi
494 desenvolvido pela Ufla. Nós temos uma fábrica de software dentro do Ibama,
495 que trabalha na construção de sistemas. A integração com o CAR foi feita via
496 Web Services. Os dados são transmitidos em tempo real. Inclusive, outro
497 avanço que queremos ter com o CAR é o feedback da nossa informação.
498 Porque hoje só consumimos informação do CAR, mas depois temos que
499 repassar as informações do que foi autorizado, dos volumes autorizados, para
500 que possa consumir essa informação no próprio CAR.” **6) COMPOSTAGEM
501 COMO DESTINAÇÃO AMBIENTALMENTE ADEQUADA PARA DESCARTE
502 DE SEMENTES TRATADAS COM DEFENSIVOS AGRÍCOLAS.**
503 **Apresentação: Cotton Tecnologia de Sementes.** Claudio Manoel da Silva, do
504 conselho de administração da Associação Brasileira de Sementes e Mudas
505 (Abrasem), fez apresentação sobre compostagem como destinação
506 ambientalmente adequada para descarte de sementes tratadas com defensivos
507 agrícolas. A exposição foi disponibilizada no site da SEMAD. Ao término da
508 exposição, registrou a seguinte moção à Câmara, em nome da Associação dos
509 Produtores de Sementes e Mudas do Estado de Minas Gerais (APSEMG): “Eu
510 vou deixar uma moção no sentido de que o Conselho do Meio Ambiente torne

511 passível a utilização da compostagem como um dos mecanismos para o
512 descarte de sementes tratadas, justamente para que, com isso, eliminemos um
513 gravíssimo problema que vem acontecendo.” Informou ainda que possui
514 estudos realizados por organismos credenciados de que, após a compostagem,
515 os resíduos tóxicos não são detectáveis nem ao nível de partes por bilhão (ppb).
516 **Debates. Presidente João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento:** “Apresentação
517 excelente e reflexiva. Colocar 90 mil toneladas de sementes de milho para
518 descarte... Eu não tenho uma opinião formada e achei interessantes as
519 colocações. Agradeço a apresentação. É uma preocupação. Se pegarmos a
520 região Noroeste, a maior região produtora de grãos, uma das maiores do Brasil,
521 o volume que deve ter naquela região de Paracatu e Unaí é uma coisa
522 extremamente importante de estarmos realmente pensando. Vamos pegar
523 semente de descarte e jogar na água? O que o produtor faz?” **Conselheiro**
524 **Emílio Elias Mouchrek Filho:** “Eu trabalho com compostagem e gostaria de
525 perguntar. Se nós fôssemos aplicar hoje a compostagem, como seria a relação
526 carbono/nitrogênio nesse trabalho? A semente entraria como fonte de
527 nitrogênio? E o que iria como fonte de carbono? Ou seja, se já tem alguma
528 coisa nesse sentido. Nós temos certeza de que a fase mesofílica, a fase
529 termofílica na compostagem e a fase de maturação anulariam o efeito desses
530 produtos químicos? Porque a compostagem é, basicamente, um processo
531 microbiológico, e não um processo químico ou bioquímico. Teria que colocar
532 algum adendo, algum aditivo? Outra coisa seria a seguinte. A compostagem
533 pronta, a recomendação seria usá-la como adubo orgânico? Como o senhor vê
534 isso?” **Claudio Manoel da Silva/Abrasem:** “De fato, nós precisamos fazer dois
535 estágios nessa situação. O primeiro é que tenhamos dentro dessa condição de
536 uma norma técnica ou coisa que o valha de fazer o procedimento em que é
537 passível fazer o descarte desse produto para a compostagem. Em segundo
538 momento, poder-se-ia evoluir em inúmeros trabalhos nesse aspecto no que diz
539 respeito a essas relações carbono/nitrogênio etc. Nós temos alguns estudos
540 que eu não pude citar aqui, porque não peguei autorização da fonte. São
541 trabalhos de microbiologistas, pessoas de renome, que determinam que os
542 resíduos tóxicos são eliminados a ponto de não serem detectáveis nem por
543 bilhão, nem parte por bilhão. Eu estou tentando difundir a situação da
544 jurisprudência. Se eu posso colocar no solo uma semente tratada, no que diz
545 respeito a efeito tóxico, mesmo que a compostagem ainda tivesse alguma coisa,
546 ela vai ser colocada no solo como orgânico ou o que está sendo feito hoje:
547 organomineral. Está se adicionando fósforo, potássio, cálcio etc. no húmus da
548 postagem e agregando valor a ele. De tal sorte que se está colocando, no solo,
549 matéria orgânica na forma de húmus e também os elementos macro e micro.”
550 **Conselheiro Enio Resende de Souza:** “Primeiro, cumprimentar pela bela
551 apresentação, muito didática. E também cumprimentar a Câmara, porque esse
552 tipo de assunto é o tema que eu considero do mais importantes para nós
553 discutirmos aqui na Câmara. Não apenas ficar batendo carimbo em processo de

554 licenciamento, mas principalmente questões que ainda não têm uma solução,
555 que ainda são problema ou que podem ser uma solução. Eu fiquei surpreso
556 com os números que foram trazidos aqui e considero muito pertinente esse
557 assunto. É claro que não é uma coisa para se decidir em uma única reunião ou
558 em um único debate. Ainda existe uma complexidade maior. Mas, sem dúvida,
559 nós sabemos que os produtos químicos têm a questão da meia-vida, que é o
560 tempo de degradação do produto. E, logicamente, tem a questão do tempo e
561 também do próprio processo bioquímico, orgânico, da compostagem. Eu,
562 particularmente, várias vezes já lidei com essa questão de compostagem, e
563 muitas vezes nos preocupa a questão de resíduos, não só agrotóxicos, mas
564 também de metais pesados e outras questões. O composto orgânico não deve
565 ser usado de forma também indiscriminada em qualquer coisa. Por exemplo,
566 hortaliças que são consumidas cruas. Mas o composto é muito bem-vindo, por
567 exemplo, quando existe algum risco tóxico, na jardinagem, em florestas, enfim,
568 tem uma série de usos amplos. Eu, particularmente, acho muito bem-vinda a
569 proposição dessa compostagem, mas é um assunto que merece, sem dúvida,
570 toda a nossa atenção. Eu acho que temos que aprofundar nesse assunto e
571 buscar essa solução. Eu dou os parabéns a vocês por trazerem e apresentarem
572 uma solução, que eu acho que é passível.” Claudio Manoel da Silva/Abrasem:
573 “Eu acho que nós, Minas Gerais, daremos uma contribuição enorme não só a
574 Minas Gerais, mas ao Brasil, no que diz respeito. Eu não estou dizendo sair
575 daqui ‘agora é compostagem’, mas a compostagem como mecanismo passível
576 de descarte de sementes. Nós vamos desenvolver, e já conversei, inclusive, na
577 Ufla. A quantidade de teses de mestrado e doutorado que podem surgir a partir
578 daí. Nós, da iniciativa privada, temos que trazer problemas para vocês que são
579 cientistas, para que vocês possam nos ajudar, às vezes, de uma forma até fácil.
580 O que nós queremos não é transgredir lei, nós queremos é cumprir lei, mas
581 precisamos saber como cumpri-las e quais são as que devemos cumprir.”
582 Conselheira Lucilene Aparecida da Silva: “O trabalho da compostagem,
583 realmente, tem sido uma saída em muitos casos. Mas, diante da apresentação,
584 eu fiquei muito intrigada com se jogar sementes boas fora, mesmo que sejam
585 para compostagem. Eu gostaria de saber se tem a viabilidade de essas
586 sementes serem vendidas a um baixo custo para produtores rurais, de zonas
587 que tenham uma certa dificuldade financeira, para até adquirirem essas
588 sementes. Criar mesmo um programa que valorizasse isso e visse o resultado
589 que poderia dar. A mim, que sou uma pessoa oriunda de classes baixas – eu
590 nasci e fui criada no Aglomerado Morro das Pedras –, isso me incomoda muito,
591 saber que sementes boas seriam usadas para compostagem. Me desculpe,
592 mas é uma fala do meu coração e da minha vivência enquanto pessoa oriunda
593 de uma classe baixa e com poucos benefícios. Um programa, em nível social,
594 entrar com esse material eu acho que seria uma ‘sacada’ em um país em que
595 ainda temos tanta diferença de condições de alimentação. É isso, uma fala de
596 coração. Me desculpe, mas fiquei incomodada como ser humano.” Claudio

597 Manoel da Silva/Abrasem: “E de coração eu te respondo também que o mesmo
598 sinto eu. Infelizmente, hoje, a economia mundial está se resumindo a poucos
599 players. São poucos players que competem entre si, cada um querendo
600 suplantar o outro. Então, a guerra entre eles é muito acirrada. Eu colocaria um
601 dado ainda mais agravante. Existe um programa ‘Desafio da agricultura 2050’,
602 em que se propõe o aumento de área plantada para sustentar o mundo daqui
603 até 2050. Hoje, o que se joga fora, em níveis mundiais, em termos de alimentos,
604 seria suficiente para atender toda essa demanda, e não precisaria existir nem
605 mais uma pessoa passando fome no mundo nem na África nem em nenhum
606 outro lugar, inclusive no Brasil, se houvesse um aproveitamento melhor dos
607 alimentos que são desperdiçados. E eu vou lhe dizer o seguinte: também de
608 coração, eu estou mexendo com esse negócio, que não é a minha área, porque
609 estou enxergando o problema e quero ver se ajudo a resolver esse problema,
610 através de um mecanismo produtivo econômico. Você acha que queimar lá no
611 forno vai trazer algum benefício para a sua comunidade? Não está trazendo
612 benefício para a sua comunidade. Você acha que jogar no aterro sanitário vai
613 trazer benefício? Não vai. Agora, talvez a compostagem seja um dos elementos
614 para levar para essa agricultura familiar, porque agricultura familiar não significa
615 que é alface, mas toda sorte de grãos. As comunidades não produzem alface e
616 tomate, produzem uma série de coisas. Quem sabe, através disso, poderia ser
617 um mecanismo de levar um produto que não só coloca matéria orgânica ao solo
618 como protege também o solo. Agora, eu vou, sim, levar a sua consideração para
619 as empresas. Porque eu não sou dono, não produzo sementes. Eu represento
620 uma associação de produtores de sementes. E vou levar essa sua
621 preocupação. Por que não existir, dentro das próprias indústrias de sementes,
622 um programa que possa assistir aos governos ou coisa dessa ordem no que diz
623 respeito a distribuição dessas sementes?” Presidente João Paulo Mello
624 Rodrigues Sarmiento: “Realmente, a compostagem, de repente, poderia ajudar a
625 agricultura familiar em vez da aquisição caríssima de adubos, e poderia ter até
626 uma agricultura mais sustentável. Eu recebi aqui uma correspondência do Dr.
627 Cláudio, e vou tirar uma cópia e encaminhar a cada um de vocês. E chamo o
628 pessoal da área da agricultura, a Emater, a Faemg, a Fetaemg, o Ministério da
629 Agricultura, a Seapa. Surgiu até uma grande ideia de a compostagem poder ir
630 para a agricultura familiar, que seria uma coisa interessante. E chamo a Ufla
631 também. Para avaliarmos. É importante trazer assuntos desse porte. ‘E essas
632 sementes que são descartadas não poderiam ser utilizadas pela agricultura
633 familiar?’ São coisas interessantes que vão surgindo. Nós vamos encaminhar
634 uma cópia a cada conselheiro, e peço que o pessoal ligado à atividade agrícola
635 faça uma avaliação, discutam, peçam informação, e na próxima reunião
636 tenhamos uma alguma definição da Câmara.” **7) PROCESSO**
637 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE**
638 **COM LICENÇA DE INSTALAÇÃO. 7.1) Gerdau Aços Longos S/A. Fazenda**
639 **Biluca. Gameleira, Porto Alegre e Bom Retiro. Produção de carvão vegetal**

640 oriunda de floresta plantada. Buritizeiro e Santa Fé de Minas/MG. PA
641 10158/2006/005/2015. Classe 5. Apresentação: Supram Norte de Minas.
642 Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único, com
643 alteração do prazo da condicionante nº 3: “Antes da formalização da LO.” 8)
644 **PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE LICENÇA DE**
645 **OPERAÇÃO CORRETIVA. 8.1) Gerdau Aços Longos S/A. Fazenda Cabana**
646 **Santa Bárbara. Silvicultura, produção de carvão vegetal oriunda de floresta**
647 **plantada, viveiro de produção de mudas de espécie agrícolas, florestais e**
648 **ornamentais e extração de cascalho para utilização imediata na**
649 **construção civil. Três Marias/MG. PA 03066/2007/002/2014. Classe 5.**
650 **Apresentação: Supram Central Metropolitana.** Processo retirado de pauta
651 com pedido de vista da conselheira representante da Associação Mineira de
652 Silvicultura. Retificação do Parecer Único. Rafael Batista Gontijo, da Supram
653 Central Metropolitana: “Eu sou analista de recurso hídrico e vou fazer uma
654 errata na página 24 do PU, que informa a Portaria 2069/2012. Foi publicada
655 uma vazão de 10 m³/h durante 1h por dia. Houve apresentação do novo teste, e
656 a operação do poço, agora, na nova portaria que vai sair, que vai ser renovada,
657 é 5 m³/h durante 2h, não mudando o volume.” 8.2) **ABC Agricultura e Pecuária**
658 **S/A. ABC A&P. Fazenda Santa Marta. Horticultura (floricultura, cultivo de**
659 **hortaliças, legumes e especiarias horticulturas), culturas anuais, excluindo**
660 **olericultura. Monte Alegre de Minas/MG. PA 09287/2010/001/2010. Classe 5.**
661 **Apresentação: Supram Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.** Licença
662 concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único. 8.3) **Marco Antônio**
663 **Marcondes Ribas e Outros. Fazenda Fetal, São Vicente ou Santa Tereza.**
664 **Lugar denominado Lamary. Culturas anuais, excluindo a olericultura.**
665 **Buritis/MG. PA 30065/2015/001/2015. Classe 5. Apresentação: Supram**
666 **Noroeste.** Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único.
667 8.4) **Eustáquio Martins Braga. Fazenda Vargem Alegre. Suinocultura (ciclo**
668 **completo), bovinocultura de corte (extensivo), bovinocultura de corte**
669 **(confinado), bovinocultura de leite, culturas anuais, excluindo olericultura,**
670 **cultivo de cana-de-açúcar sem queima, serralheria, posto de**
671 **abastecimento de combustível e formulação de rações balanceadas e de**
672 **alimentos preparados para animais. Jequeri/MG. PA 00335/2005/001/2016.**
673 **Classe 5. Apresentação: Supram Zona da Mata.** Licença concedida por
674 unanimidade nos termos do Parecer Único. 8.5) **João Mayrink Campos. Sítio**
675 **São Joaquim. Suinocultura (ciclo completo), bovinocultura de corte**
676 **(confinado), bovinocultura de leite, serralheria, posto de abastecimento de**
677 **combustível e formulação de rações balanceadas e de alimentos**
678 **preparados para animais. Urucânia/MG. PA 01767/2005/005/2016. Classe 5.**
679 **Apresentação: Supram Zona da Mata.** Licença concedida por unanimidade
680 nos termos do Parecer Único. 9) **PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA**
681 **EXAME DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. 9.1) Márcio Dálvio**

682 **Nogueira Rivelli e Outro. Avicultura de postura. Carmo do Cajuru/MG. PA**
683 **90002/2003/003/2016. Classe 5. Apresentação: Supram Alto São Francisco.**
684 Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único. **10)**
685 **ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o
686 presidente João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento agradeceu a presença de
687 todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

688

689

690

691

692

693

APROVAÇÃO DA ATA

João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento
Presidente da Câmara de Atividades Agrossilvipastoris